



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte

<b>PREGÃO ELETRÔNICO: 02/2026</b> <b>UASG: 200085</b>		<b>Data de Abertura:</b> 18/05/2026 às 09h <b>Site:</b> <a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a>	
<b>OBJETO:</b> Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de <b>MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA</b> , de acordo com as especificações definidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.			
<b>VALOR MÁXIMO (MENSAL) ESTIMADO</b>			
<b>ITEM 01 - R\$ 116.993,51</b> (Cento e dezesseis mil, novecentos e noventa e três reais, e cinquenta e um centavos)			
<b>ITEM 02 - R\$ 116.513,94</b> (Cento e dezesseis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos)			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de Disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
NÃO	SIM (FACULTATIVA)	ABERTO/FECHADO	MAIOR DESCONTO
<b>PRINCIPAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS</b>			
<b>REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (SUBITEM 8.1.1 DO EDITAL):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- SICAF ou documentos equivalentes de habilitação jurídica;</li><li>- Experiência comprovada de serviços de Engenharia (sistemas de instalação elétrica e hidrossanitária);</li><li>- Certidões de Regularidade fiscal, social e trabalhista;</li><li>- Certidão de Falência.</li></ul>		<b>REQUISITOS ESPECÍFICOS (SUBITEM 7.7.2 "b", DO EDITAL)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Declaração unificada (<a href="#">ANEXO III</a>);</li></ul>	
<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra ?</b>	<b>Instrumento Contratual?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	SIM

<b>Prazo para envio da proposta, planilhas readequadas e demais documentação.</b>
<b>Até 2h após a convocação realizada pelo PREGOEIRO.</b>
<b>Pedidos de Esclarecimentos e/ou Impugnações</b>
<b>Até 13/05/26, pelo e-mail <a href="mailto:prrn-cpl@mpf.mp.br">prrn-cpl@mpf.mp.br</a></b>
<b>Observações:</b>
<b>1. OS ITENS SERÃO LICITADOS DE FORMA INDEPENDENTE;</b>
<b>2. Relação de itens: SUBITEM 10.1 do TERMO DE REFERÊNCIA;</b>
<b>3. Acompanhe as licitações da PRRN pelo endereço <a href="http://www.pncp.gov.br">www.pncp.gov.br</a>, selecionando as opções Contratações &gt; Filtros &gt; Modalidade da contratação &gt; Pregão Eletrônico&gt; Unidades compradoras&gt; 200085 – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RN. O Edital e seus anexos estão disponíveis para download através do link <a href="#">Licitações (mpf.mp.br)</a> (Portal de Transparência do MPF).</b>

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026****(Nº 90002/2026 – Compras.gov/PNCP)**

A **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, por intermédio de sua Secretária Estadual, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, torna público que o Pregoeiro deste órgão e sua equipe de apoio, instituídos pela Portaria PR/RN nº 05, de 15 de janeiro de 2025, do Senhor Procurador-Chefe da PR/RN, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do [Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), das Instruções Normativas [SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017](#), [nº 03, de 26 de abril de 2018](#), e [nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010](#), da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), [Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015](#), [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023](#), com as devidas alterações e demais normas pertinentes e as exigências estabelecidas neste Edital e legislação aplicável.

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL** – O *download* deste Edital está disponível gratuitamente nas seguintes páginas da *Internet*: [Licitações \(mpf.mp.br\)](#) (Portal de Transparência do MPF) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/> (Portal de Compras do Governo Federal), ou poderá ser solicitado por e-mail ([prrn-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrn-cpl@mpf.mp.br)).

**1. CONDIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela *Internet*), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**1.2.** Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**PROCESSO MPF/PRRN Nº 1.28.000.001354/2025-00****PRAZO PRA ENVIO DE PROPOSTA:** da data da publicação do aviso até o horário limite de início da sessão pública.**DATA DE ABERTURA:** **18 de MAIO de 2026****HORÁRIO:** 09h (horário de Brasília).**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**UASG:** 200085 – Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte

**1.3.** Não ocorrendo expediente ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**2. OBJETO**

**2.1.** Contratação de empresa especializada para prestação dos **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA**, para os prédios do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte, compreendendo suas áreas internas e externas, nos municípios de **NATAL** e **MOSSORÓ**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2.2.** São partes integrantes deste Edital:

- 2.2.1. ANEXO I** – Termo de Referência;
- 2.2.2. ANEXO II** – Modelo de Proposta;
- 2.2.3. ANEXO III** – Declarações Obrigatórias **(UNIFICADAS) (MODELO)**
- 2.2.4. ANEXO IV** – Contrato (minuta);
- 2.2.5. ANEXO V** – Declaração de Vistoria.

**2.3.** Os locais de prestação dos serviços são os seguintes:

LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
1	<p><b>Procuradoria da República no Rio Grande do Norte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Edifício-Sede (ATUAL):</b> Av. Deodoro da Fonseca, nº 743 – Tirol, Natal/RN;</li><li><b>Anexo (ATUAL):</b> Rua Jundiaí, 330, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º andares, Edifício Empresarial AGC – Arnaldo Gaspar Corporativo, Tirol, Natal/RN;</li><li><b>Futura sede (prevista para 2027):</b> Rua Raimundo Chaves, nº 2000, Lagoa Nova, Natal/RN.</li></ul>
2	<p><b>Procuradoria da República no Município de Mossoró:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Avenida Jorge Coelho de Andrade, 960 – Costa e Silva (Campus Ufersa), Mossoró/RN.</li></ul>

**2.4.** Os locais de execução dos serviços de Manutenção Predial poderão ser alterados, a critério do contratante, dentro do mesmo município, visando atender a necessidades da Administração.

**2.5. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no SIASG/Compras.gov e as especificações e descrições constantes no Termo de Referência (ANEXO I), prevalecerão essas últimas e seus anexos.**

### 3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Será concedido **TRATAMENTO FAVORECIDO** para as **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e do [Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015](#).

**3.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta ([ANEXO III](#)).

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo**, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, **responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;

**3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre**, ao tempo da licitação, **impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta**, observando-se, para tanto, o seguinte:

**3.6.4.1.** Empresas que tenham sido declaradas **inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública**, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, **ou conste do cadastro do SICAF**, pelo órgão que o praticou, bem como, as que tenham sido **impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública Federal**, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, **ou conste do cadastro no SICAF**, e, ainda, as que tenham sido punidas com **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**;

**3.6.4.2.** Será, também, realizada verificação de existência de registros impeditivos no **Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União**, no **Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União** e no **Cadastro Nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça**, conforme determinação do item 9.5.1.5 do Acórdão TCU nº 1793/2011-Plenário;

**3.6.4.3.** A **consulta** aos cadastros poderá ser realizada em **nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s)**, por força do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**3.6.4.4.** Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, a administração diligenciará para

verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no **Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas**.

**3.6.4.4.1.** A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

**3.6.4.4.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**3.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);

**3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição;

**3.6.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

**3.6.11.** Empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o Art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;

**3.6.12. Sociedades Cooperativas**, considerando que os serviços objeto da presente licitação demandam dedicação exclusiva de mão de obra que pressupõe a subordinação, pessoalidade e habitualidade por parte dos empregados a serem contratados em relação à futura prestadora do serviço, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado no enunciado da Súmula nº 281, no Acórdão nº 610/2021 TCU-Plenário e também no Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho em 05 de junho de 2003) - (PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU).

**3.6.13. Empresas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação.**

a) No caso de empresa em recuperação judicial a sua participação será permitida desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial



competente ou decisão judicial equivalente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório conforme previsto no Acórdão TCU nº 1201/2020-Plenário.

**3.6.14. Pessoa física** de acordo com o parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 116/2021.

**3.7.** O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.8.** A vedação de que trata o item **3.6.10.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.2** e **3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do **mesmo grupo econômico**.

**3.11.** O disposto nos itens **3.6.2** e **3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

### **3.12. DA VISTORIA**

**3.12.1.** É facultado às empresas realizar vistoria nos locais onde serão prestados os serviços, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições previstas neste documento.

**3.12.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**3.12.3.** O agendamento da vistoria em Natal deverá ser realizado por meio dos telefones (84) 3232-3900 ou (84) 3232-3956, com a Seção de Segurança Orgânica e Transporte – SESOT, no horário de 09h às 16h, ou através do e-mail [prrn-contratos@mpf.mp.br](mailto:prrn-contratos@mpf.mp.br).

**3.12.4.** O agendamento da vistoria em Mossoró deverá ser realizado por meio do telefone (84) 3323-1800, com o Coordenador da unidade, no horário de 09h às 15h, ou através dos e-mails [chiarlan@mpf.mp.br](mailto:chiarlan@mpf.mp.br) e [prrn-contratos@mpf.mp.br](mailto:prrn-contratos@mpf.mp.br).

**3.12.5.** Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**3.12.6.** A licitante que optar em não realizar a vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes conforme sua proposta.

**3.12.7.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. **(Consta na Declaração Unificada – [ANEXO III](#))**

**3.12.8.** A realização de vistoria por parte da licitante será formalizada por meio de Declaração de Vistoria (**ANEXO V** do Edital).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento**

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.1.** A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**4.2.2.** O procedimento será divulgado no Compras.gov e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**4.2.3.** O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o **licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**4.3.1.** Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**4.3.2.** Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

**4.3.3.** Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

**4.3.4.** Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

**4.3.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**4.3.6.** Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**4.3.7.** Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**4.3.8.** Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

**4.3.9.** Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

**4.3.10.** *Link* para cadastramento da proposta e para a sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

**4.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens ou sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **menor preço por GRUPO**.

**4.11.** O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem **4.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **conforme item 4.2**, observando o seguinte:

**5.1.1.** Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido.

**5.1.2.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**5.1.3.** Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.

**5.1.4.** Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

**5.1.5.** **Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula**, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.1.** O prazo de **validade da proposta** não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações pública.

**5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.10.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**5.11.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.3.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.6.1.** O lance deverá ser ofertado pelo percentual unitário dos itens que compõem o grupo.

**6.5.2.** Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

**6.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários".

**6.9.** O intervalo mínimo de diferença percentuais entre os lances em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **0,1% (um décimo por cento), conforme TR.**

**6.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**6.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **"aberto e fechado"**.

**6.12.** Considerando as regras do modo de disputa "aberto e fechado", constante na [IN SEGES nº 73/2022](#) o procedimento é o seguinte:

**6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**6.19.1.** Nessas condições, as **propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

**6.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**6.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.20.2.2.** Empresas brasileiras;

**6.20.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.20.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.20.3.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme disposto na [IN SEGES nº 73/2022](#).

**6.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, **na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará** se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação** no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que **impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a) SICAF;**

**b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**d) Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

**e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**f) Cadastro de Inadimplentes da Receita Federal – CADIN**, no sítio <https://cadin.pgfn.gov.br/#/principal/consulta-contratante>. **(CONSULTA PRÉVIA, JÁ QUE A EMPRESA NÃO PODERÁ CONTRATAR COM O ÓRGÃO, SE HOUVER RESTRIÇÕES).**

**7.1.1.** As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).



**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

**7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.**

**7.5. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.**

**7.6.** Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.6.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.6.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.6.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.7.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a **PROPOSTA DE PREÇOS, BEM COMO AS PLANILHAS DE PREÇOS**, adequadas ao último lance ofertado após a negociação realizada, e, se for o caso, outros documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.7.1.** Os valores propostos deverão conter, no máximo, **dois algarismos após a vírgula**, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

**7.7.2.** A **PROPOSTA READEQUADA** deverá ser enviada no sistema, juntamente, com a **DECLARAÇÃO UNIFICADA** ([ANEXO III](#)).

**7.7.3.** O não encaminhamento da proposta, conforme prazo estipulado no edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das sanções previstas neste edital. Entretanto o referido prazo poderá dilatado nas seguintes hipóteses:

**7.7.3.1. Por solicitação**, no *chat* do sistema, devidamente justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado, se formalmente aceita pelo Pregoeiro;

**7.7.3.2. De ofício**, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

**7.7.4.** As alíquotas de tributos cotadas pela Contratada não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

**7.7.5.** Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

**7.7.6.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício deste edital.

**7.8.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**7.9.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.9.1.** Contiver vícios insanáveis;

**7.9.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.9.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, observando-se, ainda:

a) Após o encerramento da etapa de lances, as propostas que contiverem valor acima do valor máximo aceitável para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) serão desclassificadas, podendo o pregoeiro, ainda nesta situação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;

b) A não determinação dos valores para quaisquer itens da planilha de custos e formação de preços será interpretado como liberalidade da empresa em não repassar tais custos para o contrato, mantendo-o exequível. Desta forma, a ausência de cotações para determinados itens da planilha NÃO SÃO MOTIVOS PARA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE e esse, caso venha a ser contratado, NÃO PODERÁ ALEGAR TER SE EQUIVOCADO NA COTAÇÃO DOS PREÇOS, tendo que suportar o ônus de sua proposta, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente. (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara).

**7.9.3.1.** Serão considerados como **preços máximos ANUAIS** admitidos para este certame o informado no **SUBITEM 10.1** do Termo de Referência (ANEXO I), qual sejam:

**ITEM 01 - R\$ 116.993,51 (Cento e dezesseis mil, novecentos e noventa e três reais, e cinquenta e um centavos)**

**ITEM 02 - R\$ 116.513,94 (Centro e dezesseis mil, quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos)**

**==> OS VALORES ACIMA INFORMADOS SÃO REFERENTES AOS VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS, APÓS APLICAÇÃO DO DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI.**

**7.9.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.9.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.10.** No caso de serviços de engenharia, é **indício de INEXEQUIBILIDADE das propostas valores inferiores a 75%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sendo esta considerada **RELATIVA**, e não caberá desclassificação sumária.

**7.10.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.10.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.10.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.11.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, observando-se ainda que:

a) serão desclassificadas as propostas que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

a.1) considera-se proposta vaga ou omissa aquela que não constar referência ao objeto licitado.

b) a inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrarie instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;

c) Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, pode-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

II. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

III. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

IV. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

V. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

VI. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

VII. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

VIII. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

IX. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

X. Estudos setoriais;

XI. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

XII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente

disponha para a prestação dos serviços; e

XIII. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**7.12.** O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, será desclassificada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

**7.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**7.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.19.** Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**. Sendo a seguinte documentação:

### **8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):**

**a) CÓPIA DO ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL**, em vigor, devidamente registrado, com respectivas alterações ou da consolidação respectiva, que comprove que o licitante explora **ramo de atividade compatível com o objeto licitado** (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário).

**b) CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE** ou outro documento de identificação de fé pública do representante legal da licitante, acompanhada da comprovação de poderes de representação, sob uma das formas discriminadas abaixo:

**b.1)** Quando o licitante for constituído sob a forma de **sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.)**: documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembleia Geral e, quando for o caso, também, Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s));

**b.2)** Quando o licitante for constituído sob a forma de **sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído**: os mesmos documentos arrolados na alínea “b.1”, neste caso relativamente à pessoa que representar o licitante na procuração, acompanhados da procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

**b.3)** Quando o licitante for constituído sob a forma de **empresário individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular da firma individual**: certidão atualizada de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

**b.4)** Quando o licitante for constituída sob a forma de **empresário individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído**: o mesmo documento referido na alínea “b.3”, acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

**b.5)** Quando o licitante for **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009;

**b.6)** Quando o licitante for constituído sob a forma de **sociedade empresária estrangeira**: PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO NO BRASIL, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**b.7)** **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

#### **8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):**

a) prova de inscrição no **CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ)**, vigente na data prevista para abertura da licitação;

b) prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



c) **prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo:

c.1) **Certidão Conjunta Negativa** ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;

c.2) **Certidão Negativa** de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPD-EN) Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros;

c.3) **Certidão Negativa** de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos junto ao **Estado**; e

c.4) **Certidão Negativa** de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos junto ao **Município**.

d) **prova de regularidade** relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

e) **prova de regularidade** perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecida pela Lei nº 12.440/2011, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

### **8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.1.3.1.** A empresa interessada em participar do certame licitatório para contratação dos serviços em tela deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da seguinte documentação:

**a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, ou positiva com efeitos de negativa, expedida pelo cartório distribuidor de falência da sede da Licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento (deverá ser apresentada e anexada no sistema certidão de falência atualizada, caso a data de expedição da certidão constante no SICAF seja superior a 60 (sessenta) dias).

### **8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.1.4.1. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**, dentro do prazo de validade, expedida pelo CREA, CAU ou Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT da jurisdição do licitante, devendo constar o(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa. O documento deverá estar dentro do prazo de validade.

**8.1.4.1.1.** Caso a empresa CONTRATADA esteja registrada ou inscrita no CREA de unidade federativa que não seja o Rio Grande do Norte, deverá providenciar o visto no CREA/RN, conforme disposto na Resolução 1.121/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

**8.1.4.1.2.** Para os fins de contratação, a licitante vencedora deverá registrar o contrato junto ao CREA/RN e recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do contrato devidamente quitada,

entregando uma cópia para CONTRATANTE no prazo máximo de **10 (dez) dias após a assinatura do contrato.**

**8.1.4.2. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** para comprovação de aptidão ou experiência anterior do licitante para os serviços de engenharia relativos à execução ou à **manutenção predial de sistemas de instalação elétrica e hidrossanitária**, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial, com respeito aos seguintes critérios:

**8.1.4.2.1.** Para os serviços de manutenção predial mencionados no subitem anterior, exige-se que tenham sido prestados por, **no mínimo, doze meses**, de forma contínua ou não.

**8.1.4.2.1.1.** Será aceito o somatório de atestados para a comprovação.

**8.1.4.2.1.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**8.1.4.2.2.** Para os serviços de execução de sistemas de instalação elétrica, a potência mínima instalada deve obedecer ao disposto na tabela a seguir:

**Tabela – Qualificação Técnica: potência instalada mínima**

Item	Natal/RN	Mossoró/RN
Potência instalada	300 kW	350 kW
Potência mínima exigida no(s) atestado(s)	50 kW	50 kW

**8.1.4.2.3.** Para os serviços de execução de sistemas de instalação hidrossanitária, a área construída da edificação deve obedecer ao quantitativo mínimo disposto na tabela a seguir:

**Tabela – Qualificação Técnica: área instalada mínima**

Item	Natal/RN	Mossoró/RN
Área Construída	900 m <sup>2</sup>	1.600 m <sup>2</sup>
Área mínima Construída exigida no(s) atestado(s)	450 m <sup>2</sup>	700 m <sup>2</sup>

**8.1.4.2.4.** Será aceito o somatório de atestados para a comprovação, desde que cada atestado não seja menor do que 30 (trinta) por cento dos critérios estabelecidos nas tabelas acima.

**8.1.4.2.5.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.

**8.1.4.2.6.** O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

**8.1.4.2.7.** A licitante deverá ter em seu quadro funcional no mínimo 1 eletricista de baixa tensão e 1 encanador. Para fins de licitação, basta que apresente declaração de que contratará os profissionais no caso de vir a assinar Contrato.

**8.1.4.3. DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE AS CONDIÇÕES LOCAIS** para a execução do objeto e entrega dos serviços. (contida na DECLARAÇÃO UNIFICADA - [ANEXO III](#))

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.6.** A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

**8.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**8.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**8.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**8.8.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação **que não estejam contemplados no SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.8.2.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, no *chat* do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

**8.9.** A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação **ao** licitante vencedor.

**8.9.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**8.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.11.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

**8.12.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.13.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**8.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**. Quanto à contagem do aludido prazo, será da divulgação do resultado da fase de habilitação. **O prazo poderá ser prorrogado por igual período**, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.14.1.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**8.15.** **O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua**

validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

## 9. DOS RECURSOS

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.2.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **no prazo de 10 (dez) minutos**, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**9.2.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.3.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**10.1.** Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), que "Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções



*administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”.*

**10.2.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**10.2.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**10.2.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**10.2.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**10.2.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**10.2.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**10.2.2.4.** Deixar de apresentar amostra; **ou**

**10.2.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**10.2.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.2.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**10.2.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**10.2.5.** Fraudar a licitação;

**10.2.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**10.2.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**10.2.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**10.2.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**10.2.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**10.2.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**10.3.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.3.1.** Advertência;

**10.3.2.** Multa;

**10.3.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**10.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**10.4.2.** As peculiaridades do caso concreto

**10.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**10.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**10.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

**10.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

**10.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7, 10.2.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

**10.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7, 10.2.8** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**10.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **10.2.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**10.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail [prrn-cpl@mpf.mp.br](mailto:prrn-cpl@mpf.mp.br).

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#)

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#) e no Portal de Transparência do MPF, no endereço eletrônico Internet: [Licitações \(mpf.mp.br\)](#).

Natal, data da assinatura eletrônica.

**Luís Cláudio Ferreira da Silva**  
SUPERVISOR DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**O TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PODERÃO SER ACESSADOS ATRAVÉS DO LINK A SEGUIR:**

**[TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS](#)**



**ANEXO II**  
**PREGÃO Nº 02/2026**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**À PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

\_\_\_\_\_ Razão Social \_\_\_\_\_, CNPJ Nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na (rua, avenida, praça, etc) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal (o Sr, a Sra) \_\_\_\_\_ e para os fins do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026-PRRN**, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

**1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual/Municipal ou do Distrito Federal:

Endereço/CEP:

Telefones/fax de contato:

E-mail:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO:**

Nome:

Endereço:

CPF:

RG/ÓRGÃO EXPEDIDOS:

Cargo/Função:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Estado Civil:

**3. OBJETO DA LICITAÇÃO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, para as unidades do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**4. VALOR DA PROPOSTA:**

Item	POSTO	Valor TOTAL (estimado anual)	PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR (mão de obra + material)
1	Manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI, para as unidades da PR/RN localizada em <b>NATAL/RN</b> .	R\$ 116.993,51 (ITEM 10.1 DO TR)	
2	Manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI, para a Procuradoria da República no Município de <b>MOSSORÓ/RN</b> .	R\$ 116.513,94 (ITEM 10.1 DO TR)	

**5. VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ dias contados a partir da data da entrega.**6. DECLARAÇÃO**

DECLARAMOS QUE NOS PREÇOS CONTIDOS NA PROPOSTA INCLUEM TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, TAIS COMO: CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS, TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, SEGUROS, TAXAS, LUCRO E OUTROS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO, SENDO QUAISQUER TRIBUTOS, CUSTOS E DESPESAS DIRETOS OU INDIRETOS OMITIDOS DA PROPOSTA OU INCORRETAMENTE COTADOS, CONSIDERADOS INCLUSOS NOS PREÇOS, NÃO PODENDO SER COGITADO PLEITO DE ACRÉSCIMO, A ESSE OU QUALQUER TÍTULO, DEVENDO O OBJETO SER FORNECIDO SEM ÔNUS ADICIONAL.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(REPRESENTANTE LEGAL)

**ANEXO III****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026****DECLARAÇÃO UNIFICADA  
MODELO**

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº ....., inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**, realizado pela **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, **DECLARA QUE:**

1. Para fins de contratação com este Órgão, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, com as alterações da Resolução CNMP nº 172, de 4 de julho de 2017, que nenhum dos sócios, diretores ou gerentes da empresa contratada é cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro do Ministério Público Federal ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, tampouco de servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente à unidade responsável pela licitação.
2. Não foi condenada, tampouco seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
3. Não explora o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT), os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA), a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 e o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;
4. Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105;
5. Atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução;
6. No ano-calendário de realização do presente Pregão Eletrônico, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; **(CASO SEJA ME OU EPP)**
7. É de sua exclusiva responsabilidade a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
8. Para fins de qualificação técnico-operacional, que já possui ou instalará escritório na região metropolitana de Natal/RN, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da vigência contratual;
9. Providenciará a coleta prévia da assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) de todos os empregados designados para atuar na PR/RN, inclusive os substitutos eventuais (feristas e folguistas), e encaminhará os respectivos documentos ao fiscal do contrato;

10. Cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme determina o art. 116 da Lei nº 14.133/21;

11. Cumprirá integralmente o percentual mínimo de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, observando os princípios e definições estabelecidos no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Compromete-se, ainda, a garantir que, dentre os empregados com deficiência contratados, no mínimo 80% (oitenta por cento) sejam pessoas com Síndrome de Down. E que mantém, em seus quadros, profissionais habilitados nas condições acima referidas e que assegurará, durante toda a vigência contratual, o cumprimento do quantitativo legal mínimo exigido, bem como dos percentuais mínimos aplicáveis a cada categoria funcional e tipo de deficiência;

12. Não se enquadra nas hipóteses de vedação previstas no Art. 4º da Resolução do CNMP nº 177/2017, de 05 de julho de 2017, quando houver designação de empregado para exercício de cargo de chefia;

13. Tomou pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, estando ciente da natureza, vulto e peculiaridades dos serviços a serem executados, bem como das técnicas requeridas para sua adequada realização. E que assume total responsabilidade por esses aspectos, comprometendo-se a não utilizá-los como fundamento para eventuais questionamentos futuros; **(Caso haja VISTORIA, esta declaração será substituída pela DECLARAÇÃO DE VISTORIA - ANEXO V deste Edital).**

14. Autoriza a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar, se for o caso, os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

15. Autoriza, quando for o caso, o possível provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que poderão ser depositados pela CONTRATANTE em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

**LOCAL E DATA DA ASSINATURA**

**ASSINATURA**

Nome do responsável (ou preposto) da Empresa e o Cargo  
(OU ASSINATURA ELETRÔNICA)

**ANEXO IV**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026/PRRN  
(MINUTA)**

Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de **MANUTENÇÃO PREDIAL** para as unidades da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, que entre si celebram a União, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, e a empresa

A União, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, CNPJ nº 26.989.715/0025-80, situada na Rua Jundiaí, nº 330, Tirol, CEP 59.020-120, Natal/RN, representada neste ato sua Secretária Estadual, no uso da competência constante no inciso IX do art. 41, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05/05/2015, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) \_\_\_\_\_, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, conforme \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.28.000.001354/2025-00 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico PR/RN nº \_\_\_\_/2026**, em regime de execução indireta, por meio de empreitada por preço unitário, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva sob demanda, para as unidades do Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte, localizadas nas cidades de Natal e Mossoró.

**1.2** Os locais de prestação dos serviços estão especificados no **subitem 1.5** do Termo de Referência.

**1.3** Os serviços serão prestados obedecendo ao estipulado neste Contrato, bem como nas obrigações assumidas nos documentos adiante elencados, constantes do Processo nº 1.28.000.001354/2025-00 que, independentemente de transcrição, são harmônicos entre si e fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Edital do Pregão Eletrônico PR/RN nº \_\_\_\_/2026;
- b) Termo de Referência (ANEXO I deste Contrato);
- c) Proposta firmada pela CONTRATADA em \_\_\_\_\_ e dirigida à CONTRATANTE; e
- d) Nota de Empenho vinculada ao presente contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS E DA EXECUÇÃO SERVIÇOS**

**2.1** Os requisitos para a prestação do serviço objeto deste Contrato estão descritos no **item 4** do Termo de Referência.

**2.2** As regras para execução dos serviços, por sua vez, estão dispostas no **item 5** do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREPOSTO E DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

**3.1** As regras para indicação do PREPOSTO e as suas atribuições se encontram nos **subitens 4.1.33 e 4.1.34** do Termo de Referência.

**3.2** A forma como deve ocorrer a comunicação entre as partes está estipulada nos **subitens 4.1.44 a 4.1.48** do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1** As obrigações da CONTRATADA são aquelas que constam no **subitem 4.1** do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas em todo o Termo de Referência, em especial as que constam no **subitem 4.2**.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_**, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos, conforme previsto no art. 107 da referida Lei, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

Os serviços tenham sido prestados regularmente;

A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**6.2** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**6.3** Conforme o Parecer SEORI/AUDIN-MPU nº 1.314/2017, e em consonância com os arts. 107, 130 e 131 da Lei nº 14.133/2021, a prorrogação do contrato independerá de nova pesquisa de mercado, desde que o órgão competente ateste a manutenção da vantajosidade econômica e seja preservado o equilíbrio econômico-financeiro por meio da atualização dos valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

**6.4** A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL, FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**7.1** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços, o valor estimado mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor estimado anual de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual e no Termo de Referência.



**7.2** O percentual de desconto ofertado durante o procedimento licitatório é de \_\_\_\_% (\_\_\_\_), o qual permanecerá o mesmo durante toda a vigência contratual.

**7.3** Os valores acima descritos compreendem todas as despesas diretas e indiretas com materiais, equipamentos, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

**7.4** As demais regras referentes às condições de faturamento e pagamento são aquelas previstas no **item 7** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

**8.1** O reajuste dos preços previstos neste Contrato ocorrerá de acordo com o disposto no **item 11** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1** Será exigida a garantia da contratação no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual máximo do contrato, conforme o Capítulo II – Das Garantias, artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

**9.3** A garantia, independentemente da modalidade escolhida, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o seu término, sendo obrigatória a sua renovação a cada prorrogação contratual.

**9.4** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**9.5** As demais regras referentes à garantia contratual são aquelas previstas no **item 13** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

UG Executora: 200085

Programa de Trabalho: 172266

Plano Interno: MBASIC

Fonte: 100

Natureza da Despesa: 339039

**10.2** Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2026NE000\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, à conta de dotação especificada nesta Cláusula.

**10.3** As despesas nos exercícios subsequentes correrão à conta da dotação orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, condicionadas à previsão na LOA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES**

**11.1** Pelas infrações decorrentes da contratação assumida com a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, a CONTRATADA estará sujeita, garantida a defesa prévia, às sanções previstas neste instrumento, na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas pertinentes, além daquelas previstas no **item 14** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOVAÇÃO**

**12.1** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das Cláusulas ou condições estatuídas neste Contrato, as quais permanecerão íntegras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

**13.1** A presente contratação poderá ser alterada de acordo com o que consta no Capítulo VII – Da Alteração dos Contratos e Dos Preços, artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO**

**14.1** A extinção do presente Termo de Contrato poderá ocorrer nas formas e condições estabelecidas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2** Conforme o art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021, também será extinto o contrato caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou processo de contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**15.1** A gestão e fiscalização da execução do presente Contrato serão efetuadas de acordo com o **item 6** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**16.1** Os critérios de sustentabilidade referentes ao presente Contrato são aqueles determinados no **subitem 4.3** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES**

**17.1** É vedado à CONTRATADA:

- a) Ter como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (quando este for ocupante de cargo de direção) do Ministério Público da União e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

- b) A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;
- c) Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do contrato;
- d) A transferência de responsabilidades da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- e) Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, nem transferir a outrem, nem mesmo a qualquer outra unidade da pessoa jurídica, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- f) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**19.1** As exigências referentes à proteção de dados pessoais são aquelas que constam no **item 15** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1** Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Natal/RN para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, após haverem lido e concordado, as partes assinam o presente Contrato eletronicamente.

Natal/RN, em data da assinatura eletrônica.

*(assinado eletronicamente)*

\_\_\_\_\_  
Secretária Estadual da PR/RN  
CONTRATANTE

*(assinado eletronicamente)*

\_\_\_\_\_  
Cargo do Representante da Empresa  
CPF: \_\_\_\_\_  
CONTRATADA

#### **Anexo deste Contrato:**

Anexo 1: Termo de Referência do Pregão Eletrônico PR/RN nº \_\_\_\_/2026

**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**DECLARO**, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 02/2026** e futura prestação dos serviços contratados, que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_ da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, realizou vistoria técnica nas instalações da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos seguintes endereços:

- **Edifício-sede (atual):** Avenida Deodoro da Fonseca, nº 743, bairro Tirol, Natal/RN;
- **Anexo (atual):** Rua Jundiaí, nº 330, 10º ao 15º andares, Edifício Empresarial AGC – Arnaldo Gaspar Corporativo, bairro Tirol, Natal/RN;
- **Futura sede (previsão de ocupação: 2027):** Rua Raimundo Chaves, nº 2000, bairro Lagoa Nova, Natal/RN.

Na ocasião, foram prestadas todas as informações necessárias ao pleno entendimento do escopo contratual, tendo o responsável técnico tomado ciência das condições físicas e operacionais das dependências que demandarão os serviços, bem como declarado estar ciente das particularidades do local, assumindo integral responsabilidade pelas informações recebidas, não cabendo alegações futuras de desconhecimento que possam comprometer a execução contratual.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Caso a vistoria se dê na **Procuradoria da República no Município de Mossoró**, o endereço a ser indicado nesta Declaração é “Avenida Jorge Coelho de Andrade, 960 – Costa e Silva (Campus Ufersa), Mossoró/RN”.

**LOCAL E DATA DA ASSINATURA**

**ASSINATURA**

Nome do Gestor/Fiscal do Contrato ou do Coordenador da PRM-Mossoró  
(OU ASSINATURA ELETRÔNICA)

O agendamento da vistoria em Natal deverá ser realizado por meio dos telefones (84) 3232-3900, com a Seção de Contratações e Gestão Contratual - SECGC, no horário de 09:00 às 16:00, ou através dos e-mails [prrn-contratos@mpf.mp.br](mailto:prrn-contratos@mpf.mp.br).

O agendamento da vistoria em Mossoró deverá ser realizado por meio do telefone (84) 3323-1800, com o Coordenador da unidade ou com Policiais Institucionais, no horário de 09:00 às 15:00, ou através dos e-mails [chiarlan@mpf.mp.br](mailto:chiarlan@mpf.mp.br) e [prrn-contratos@mpf.mp.br](mailto:prrn-contratos@mpf.mp.br).